



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho



revista fsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 19, n. 8, art. 10, p. 213-231, ago. 2022

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2022.19.8.10>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Educação Indígena: Relação Identitária dos Truká com a Caatinga

Indigenous Education: Identity Relationship of the Truká with the Caatinga

Artenízia Luiza da Silva Pereira

Graduada em História (CESVASF)

Especialista em Escolar Indígena de Truká – Cabrobó-PE

artevivagaviao@hotmail.com

Roberto Remígio Florêncio

Doutor em Educação pela (UFBA)

Professor do IF Sertão Pernambucano (IFSertãoPE)

betoremigio@yahoo.com.br

Carlos Alberto Batista dos Santos

Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza pela (UFRPE)

Professor do PPGEcoH (Mestrado e Doutorado em Ecologia Humana) pela UNEB

cacobatista@yahoo.com.br

Endereço: Artenízia Luiza da Silva Pereira
Comunidade Indígena de Truká, Ilha da Assunção,
Cabrobó-PE, Brasil.

Endereço: Roberto Remígio Florêncio
Rua São Cristóvão, n. 50, Petrolina-PE, Brasil.

Endereço: Carlos Alberto Batista dos Santos
Rua Cesário da Silva, n. 1-A, centro, Juazeiro-BA, Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar
Rodrigues**

**Artigo recebido em 25/04/2022. Última versão
recebida em 11/05/2022. Aprovado em 12/05/2022.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Este texto traz informações de forma contextualizada sobre o Povo Truká e sua relação com a Caatinga. Todavia, esta dinâmica tem como princípio a convivência comunitária, em busca de autonomia para construção de espaços para convivência e preservação, através da proposição de políticas públicas. Esses espaços fazem parte do patrimônio material e imaterial do universo religioso do povo Truká e possuem um papel importante na vivência cultural deste povo. Trazemos os discursos sobre emergência étnica no Nordeste, suas características e procedências, tendo a luta dos Truká e outros povos como essenciais para esse movimento que permeia a construção de identidades.

Palavras-Chave: Povos Indígenas do Nordeste. História. Identidade. Meio Ambiente.

ABSTRACT

This text provides contextualized information about the Truká People and their relationship with the Caatinga. However, this dynamic has as its principle community coexistence, in search of autonomy to build spaces for coexistence and preservation, through the proposition of public policies. These spaces are part of the material and immaterial heritage of the religious universe of the Truká people and play an important role in the cultural experience of this people. We bring the discourses on ethnic emergence in the Northeast, its characteristics and origins, having the struggle of the Truká and other peoples as essential for this movement that permeates the construction of identities.

Keywords: Indigenous Peoples of the Northeast. Story. Identity. Environment.

1 INTRODUÇÃO

As sociedades indígenas são efetivamente contemporâneas àquela do etnógrafo (LARAIA, 1995), da qual participam mediante interações socioculturais que precisam ser descritas e analisadas, pois constituem uma dimensão essencial à compreensão dos dados gerados. Esta constatação deixa claro a importância das reflexões acerca da abordagem da temática indígena, na perspectiva da pesquisa por eventuais conhecimentos que os envolvem.

Tendo como ponto de partida a experiência profissional, este artigo apresenta uma viagem na História de um povo que, de geração em geração, contribui culturalmente para um processo de abertura de novos conhecimentos para o mundo daqueles que ousam aprender com outros olhos sobre o que os cerca. O texto procura ampliar discussões a respeito de temáticas importantes para o contexto indígena e não índio, relata com clareza sobre a necessidade de tal tendência, levando em consideração as diferenças entre os povos indígenas da Região Nordeste e os da Amazônia. Se, na Amazônia, a mais grave ameaça é a invasão dos territórios indígenas e a degradação dos recursos ambientais, no caso do Nordeste o desafio à ação indigenista é restabelecer os territórios indígenas, promovendo a retirada dos não indígenas das áreas indígenas, desnaturalizando a “mistura” como única via de sobrevivência e cidadania. Oliveira (1997) nos traz que o fato social que nos últimos vinte anos vem se impondo como característico dos povos indígenas do Nordeste é chamado processo de etnogênese.

Segundo Bartolomé (2006), a etnogênese tem sido um termo usado para designar diferentes processos sociais protagonizados pelos grupos étnicos, porém esse trabalho visa abrir novas portas de discussões a respeito do trato com a natureza e sua ancestralidade, uma vez que a dinâmica natural da terra também tem sido colocada à prova mediante os vários jogos de interesse que a cercam. Na verdade, a etnogênese foi e é um processo histórico constante que reflete a dinâmica cultural e política das sociedades anteriores ou exteriores ao desenvolvimento dos estados nacionais da atualidade. É o processo básico da configuração e estruturação da diversidade cultural humana. Suas raízes fundem-se nos milênios e projetam-se até o presente.

Há centenas de milhares de anos, quando alguns membros de uma tradição caçadora, falantes de uma língua comum, migravam buscando novos horizontes, separavam-se tanto cultural quanto linguisticamente do grupo inicial a que pertenciam, dando lugar ao desenvolvimento de um novo tipo de coletividade social, linguística e cultural.

Em muitas ocasiões, os novos âmbitos ecológicos a que chegavam condicionavam suas respostas culturais ao meio ambiente, levando a maiores especializações e, conseqüentemente, a diferenciações (BARTOLOMÉ, 1998; 2006).

As principais problemáticas enfrentadas pelos povos indígenas foram e até hoje o são dentre outros, a desapropriação territorial, a subordinação política, a fragilidade na preservação cultural e a discriminação, que geraram empobrecimento, destituição de serviços públicos básicos, com considerável exclusão étnica. Contudo, com a busca pelo fortalecimento de suas organizações, esses povos impulsionaram a proteção legal aos seus direitos, com uma consciência étnica fortalecida, promovendo um verdadeiro intercâmbio cultural e identitário. Segundo o Relatório de Viagem do sociólogo Marco Antônio do Espírito Santo (BATISTA, 2004), o saldo da relação dos Truká, com os órgãos do Estado de Pernambuco, na Ilha, é péssimo. Existem no momento três significativas concentrações de remanescentes Truká no município de Cabrobó e este estudo tem como objetivo principal apresentar essa relação identitária dos Truká com a sua ancestralidade e territorialidade, tendo a Caatinga e o Rio São Francisco como principais elementos de ligação com a natureza, com a mãe-terra. Além disso, pretende-se descrever o pensamento dos mais velhos sobre a Caatinga e sua utilização no dia a dia, analisar as ações realizadas no povo Truká referente aos cuidados com esse espaço de formação e identificação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

1 O Povo Truká

O povo Truká habita a Ilha de Assunção, localizada no município de Cabrobó, Pernambuco, região do submédio São Francisco, entre os estados da Bahia e Pernambuco. A população Truká é de aproximadamente 4.000 indígenas, habitando uma área territorial de aproximadamente de 6.000ha, onde vivem em plena dependência da terra e do Rio São Francisco (Opará), que banha seu entorno.

Historicamente, o povo passou por muitos entraves até os dias atuais, com relação à luta pela terra-mãe e a garantia de seus direitos originais e tradicionais.

Conhecer os antepassados históricos dos Truká é lembrar a historicidade dos povos do interior do país, que datam de cerca de três mil anos, segundo historiadores e estudiosos da cultura Ameríndia, como Batista (2004; 2009), Oliveira (2014), Silva (2015), Santos (2016) e Florêncio (2021).

Provenientes talvez das regiões andinas, entraram pela região sul do Brasil, trazendo culturas do milho e do feijão, que espalharam por regiões ditas secas como o Centro-Oeste e Nordeste. Esses povos são considerados resistentes à invasão Portuguesa e é importante mencionar que fatos referentes a esse momento da nossa história são configurados em trabalhos literários escritos em contextos outros que, muitas vezes, escondem as vivências cotidianas destes que lutam até hoje por seus direitos retirados em séculos de duras batalhas (OLIVEIRA, 2014). Então, em 1573, os colonizadores decidiram continuar a invasão, expandindo para o sertão, pensando em conseguir mais terras para criar os seus animais e assim avançaram em mais terras, segundo Batista (2004), Truká (2007) e Silva (2015).

Esse povo, no século XVII, passou por um processo de aldeamento feito por padres capuchinhos franceses, que destacaram em seus escritos a diferença de línguas entre índios dessa região do São Francisco, que coube ao Frei Bernardo de Nantes, em 1709, a escrita do *Katecismo índico da língua Kariri*, fazendo referência ao Dzubukuá língua antiga dos Truká (PEREIRA, 2009).

Em 1761, a aldeia denominada de Nossa Senhora da Assunção prosperou e obteve o reconhecimento de paróquia, com uma base de 400 índios. Porém, em 1798, ocorreu uma grande enchente que derrubou a igreja e arruinou todas as casas da vila. Os indígenas saíram para outras ilhas e locais mais altos, fazendo surgir um período de isolamento natural. Com a redução do nível da água do rio, as ruínas tornaram-se um local sagrado para enterro de índios falecidos do povo.

Em 1857, documentos atestam o apossamento de pessoas poderosas sobre a Ilha da Assunção, entre essas destaca-se na época a Câmara Municipal, resguardada pelo juiz da mesma, o Bispo de Pesqueira, alegando que a Ilha foi doada pelos indígenas à Igreja, e o Estado, que mais tarde, no final da década de 1950 e meados dos anos 60, ignora a ação já instaurada pelo SPI, e compra parte da Ilha da Assunção para instalação de um núcleo de Colonização, a CRC (Companhia de Colonização e Reforma), a SEMEMPE (Companhia Estadual de Produção de Mudas e Sementes Seleccionadas) e o IPA (Instituto Pernambucano de Pesquisa Agropecuária), segundo Pinto (1938).

O processo desencadeado pelos Truká, para transformar a FUNAI em parceira no processo de reivindicação e reconhecimento do direito à terra foi obtido com dificuldades, mas os parceiros, a exemplo do CIMI, foram de grande valia. “Encanto não se pega com a mão... Eles ensinam tudo. O índio canta para isso”, como nos ensina o Mestre, da Aldeia Caatinga Grande, na ilha da Assunção.

Em 1987, foi instalado um Posto Indígena que começou efetivamente a funcionar somente no ano seguinte. Neste momento, os Truká incorporaram um trecho, que vinha sendo reivindicado junto à FUNAI, de 150ha, totalizando 500ha dos 1.650ha pretendidos.

Neste momento, é necessário falar de movimentos internos chamados pelo povo de Retomadas, que, para os indígenas, era a reintegração de posse de um território que já era do povo Truká desde o início, desde tempos ancestrais. Essas retomadas tiveram como base a luta pela terra de maneira incisiva, buscando a dominação das áreas pretendidas, que, por sua vez, eram do povo, mas estavam nas mãos dos não-índios ou posseiros (como eram chamados os agricultores locais e criadores de gado). Para conquista da Ilha da Assunção no contexto que temos atualmente, foram realizados quatro grandes eventos de retomada:

- I Retomada – 1981. Objetivo: Assegurar terras delimitadas pelos processos legitimados pela FUNAI;
- II Retomada – 1994. Objetivo: Restaurar as terras no poder de Apolinário Siqueira (conhecido como Xinxá da Cebola);
- III Retomada – 1995. Objetivo: Resgatar a posse das terras em dominação de Cícero Caló e do IPA (Instituto Pernambucano de Pesquisa Agropecuária);
- IV Retomada – 1999. Objetivo: Conhecida como a mais importante Retomada, esta era a garantia e finalização dos processos de retomada da Ilha da Assunção e regularização da área do arquipélago como Território Indígena (TI).

Não é possível escrever com precisão o que foram esses quatro processos vivenciados pelos Truká, é dito que cada um teve sua importância e que por eles e com eles tiveram muitas lutas e batalhas pessoais e de cunho coletivo. Houve um preço e muitos ainda pagam por essas vitórias. Ocorreram assassinatos de ambos os lados da disputa, houve intervenção do poder público, através das forças de segurança em diversos episódios nessa história recente do estado de Pernambuco. Gerações foram marcadas, pais e mães foram afastados do seio familiar por uma causa, tida pelos Truká como justa. A dignidade enfim chegou à casa atualmente de 4.000 nativos, que viviam à mercê da sorte ou em podres armadilhas do culpado destino, tendo esse, nome e endereço, como citam os Truká no livro *No Reino de Truká, Reina Assunção* (2007):

As perseguições aumentavam e com isso os poderosos investiram na marginalização desse povo através de processos, mandados de prisão e acusações equivocadas contra suas lideranças. Tudo isso porque na retomada de 1999 o povo Truká se destacou e retomou a sonhada mãe terra que se encontra hoje em nossas mãos (TRUKÁ, 2007, p. 25).

Também aparecem episódios desse momento de lutas e enfrentamentos dos posseiros por parte dos Truká na obra *Nossas Vozes Indígenas – professoras e professores Truká* (FLORÊNCIO, 2021).

Ao retomarmos toda a ilha, colocamos para fora do território sem esperar pela Polícia Federal para fazer o processo de desintrusão, todos os posseiros e o gado que estavam durante anos a pastar sobre o sangue de nossos antepassados (BARBOZA in: FLORENCIO, 2021, p. 25).

Politicamente o povo Truká se organiza com base na divisão de atividades, cujos papéis são distribuídos entre Caciques, pajés, lideranças e comunidade. Cada um respondendo com suas responsabilidades de acordo com a necessidade estabelecida.

Os caciques atuam de forma autônoma dentro do campo a que pertence sua liderança, têm ajuda do seu corpo de lideranças, para que os resultados de suas ações favoreçam todo o povo, essas têm por campo a educação, a cultura, a saúde, a economia e todo o bem-estar social. Os pajés cuidam da ciência, nome dado aos atos de celebração da religião Truká, organizando os rituais e seus encaminhamentos, sempre com as bênçãos dos encantados de luz, divindades da natureza.

Na economia Truká, destaca-se a agricultura e a pesca, sendo que a primeira é diversificada, baseada no plantio de arroz, banana, coco, milho, feijão e outros alimentos. As produções, principalmente de hortifrutí, quando não são consumidas localmente, são comercializadas em feiras na área urbana de Cabrobó ou repassadas a compradores que levam para outros lugares, isto acontece principalmente com os peixes criados em poços, com grande habilidade pelos Truká (PEREIRA, 2009).

2.2 A Identidade Truká

Para se falar sobre as manifestações identitárias Truká, é necessário passear na história da emergência indígena no Nordeste. Isto determina uma posição de afirmação com respeito às várias lutas travadas no Brasil, pela busca de um pedaço de chão e a garantia de uma subsistência étnica, baseada em direitos básicos do cidadão, mas que todos os dias são negados aos povos indígenas brasileiros por uma classe dominante, que se julga proprietária da cultura identitária nacional, como única. Por isso, também, subjuga os povos ao silenciamento, segundo Silva (2015). Incluídas nas perdas históricas dos indígenas, estão as terras, que, mais do que o habitat, abrigam histórias, encantos, ancestralidades.

Em seu relato, no livro *Índios na visão dos índios* (GERLIC, 2001), Seu Quinca, ancião que teve mais de 15 anos de liderança no povo Truká da Ilha da Assunção, indica a importância de uma luta aos direitos e à identidade Truká.

A gente trabalhava com os posseiros de meia. Muitos índios aqui trabalhavam com ele na roça de feijão, milho, cana (p'ra dá para o gado). Se um trabalhador tirasse uma cana p'ra chupar, ele tinha que pagar. Se um índio tivesse um bode ou outro animal que pulasse acerca de Chinha, ele mandava matar o bicho. Ele maltratava, batia e humilhava os trabalhadores (SEU QUINCA, in: GERLIC, 2001, p. 66).

A luta por uma consolidação identitária dos Truká, pelos não-índios não surgiu do acaso e sim de um longo processo de luta que vem desde seus antepassados, estes escanteados ora por interesses alheios, ora por vontade própria, dando preferência a um espaço onde a vida em comunidade ou em família fosse o ponto de partida fundamental, para uma vida digna. *“Eles queriam que só pegasse um pedaço para minha família e acabasse por aí, mas eu fui por todos, as 73 famílias”*, afirma seu Deodato Capitão Truká (GERLIC, 2001).

Em meio a isso, é observada nas últimas quatro décadas, no Brasil, com maior incidência na região Nordeste, a emergência crescente de grupos que passam a se autodeclarar indígenas. Populações que por muito tempo disfarçaram suas identidades, de pouco tempo para cá voltaram a afirmar a sua indianidade e pleitear o reconhecimento de sua condição étnica pelas autoridades oficiais, o que lhes garantiria o gozo de direitos específicos da condição indígena.

A luta por esses direitos envolveu questões de sobrevivência e resistências que hora e meia se esbarravam em armas, quando recuar era a melhor estratégia e armadilhas, quando golpes eram feitos para prejudicar as ações necessárias para garantias de seus direitos (BATISTA, 2004; OLIVEIRA, 2014).

Ainda no ano 2000, os dados do censo demográfico sobre as populações indígenas surpreenderam muitos brasileiros. Baseado na autoidentificação (ou autodeclaração), o censo revelou um total de 734.127 indígenas no Brasil, mais do dobro identificado em 1991, de 294.131 índios (IBGE, 2005), bem como dos dados fornecidos pela FUNAI e pelas ONGs (Organizações Não Governamentais, inclusive internacionais), em geral, baseados apenas em levantamentos nas terras indígenas. Antes, o recenseamento envolvia apenas os indivíduos aldeados. Tal incremento decorre basicamente de três fatores:

- a) A contagem de indígenas residentes (no momento do censo ou em caráter permanente) em cidades;
- b) A identificação de indígenas que vivem em domicílios rurais ou urbanos situados nas imediações (mas fora) das áreas indígenas;
- c) O processo de etnogênese em que povos considerados extintos em documentos oficiais recuperam uma identidade étnica escondida e a atualizam como fonte de mobilização política e reorganização sociocultural (OLIVEIRA, 2014). Já contando com sucessivos ganhos no

reconhecimento de seus direitos e no cenário mais amplo do mundo globalizado (em que a busca por raízes étnicas, culturais e religiosas é uma constante, inclusive para as novas gerações), a expectativa para o futuro é de um efetivo incremento demográfico, evidenciando a disposição desses povos de reafirmarem suas identidades e os valores societários que aí estão subjacentes.

O que aqui defendemos é que as identidades, assim como a coletividade, indígenas não são elementos produzidos a partir de decretos, instituídas por legislações ou certificadas por documentos, mas uma fonte de preceitos étnicos, saberes e fazeres ancestrais, que são passados de geração a geração, cuja heterogeneidade apenas confirma a diversidade sociocultural do país e de todo o continente ameríndio. As manifestações religiosas e as lutas coletivas, nesse contexto, têm se tornado elementos importantes para a identificação da indianidade nos dias atuais.

Tínhamos uma roça coletiva para sobreviver e uma vez, um pouco antes da coleta, um tal Expedito mandou a polícia destruir aí fui falar com o delegado, que me contou uma história e eu disse:- me dê escrito. Aí fomos para Recife e nossa luta foi ficando mais forte até começarmos a ir para Brasília e em 1976, retomamos nosso primeiro pedaço de terra (GERLIC, 2001, p. 65).

O dono dessa fala se chamava seu Deodato, com mais de 60 anos de luta, Capitão do povo Truká que tombou em maio de 2016, em seu relato deixa claro o seu pertencimento à luta coletiva do povo Truká, e essa coletividade é ponto considerado essencial nos elementos constitutivos da identidade étnica do povo Truká. Essa mesma fala também realça a relação deste com a propriedade de usufruto comum e a história de ocupação material e imaterial, que dá espaço a uma base de ancestralidade comum de um povo guerreiro por natureza.

Segundo Oliveira, (2014), a emergência étnica se manifesta especialmente em situações de interculturalidade, nas quais ocorre o encontro de atores sociais que difundem interesses opostos. Sobre isso, é possível perceber que vários são os significados dos movimentos de grupos étnicos, para estarem se organizando politicamente, para se afirmarem diante da população nacional, para reivindicarem o reconhecimento de seus direitos. Esse manifesto de sobrevivência e resistência dos povos indígenas nas Américas constitui uma história de relações interétnicas da humanidade.

Os Truká são um povo cercado por batalhas e lutas para reconquista de suas terras, que começaram a ser invadidas ainda no século XVII. Documentos históricos dizem respeito a esse povo desde a década de 1980, a partir dos estudos de Batista (2004), que registram os Truká e o início dos processos de reconquista territorial, com base em retomadas. Momentos

estes considerados pelos Truká como movimentos internos de ações políticas voltadas para a garantia da terra ancestral, para que vivessem baseados em formas próprias de organização social, com reconhecimento dentre os seus e verídicos sentimentos de pertencimento dos seus e suas dinâmicas (TRUKÁ, 2007).

Em estudos com critérios de identificação étnica voltados a análises genéticas, sabemos que a definição de povos indígenas sempre esteve sob o domínio da Biologia, que a concebia com o critério racial, identificável biologicamente (aspectos físicos), herdado geneticamente. No entanto, estudos voltados às ideias antropológicas da identificação de um grupo étnico têm observado critérios mais subjetivos e históricos, em que o pertencimento e a ancestralidade são preponderantes para análise de identificações étnico-raciais.

Tomando como base os indígenas brasileiros, tentar identificá-los como aqueles que herdaram uma descendência pura das populações pré-colombianas é praticamente impossível, apesar de ser a noção do senso comum. Mesmo os grupos mais isolados geograficamente acabaram sofrendo alguma fusão no contato com outros grupos (OLIVEIRA, 2014).

Mundialmente, esse conceito de cultura como raça só será superado após a Segunda Guerra Mundial, cujas causas tinham como pressuposto a questão da pureza étnica. Surge uma compreensão de grupo étnico com o critério da cultura, identificando um grupo de acordo com os símbolos culturais manifestos no cotidiano. Contudo, mesmo as expressões culturais são insuficientes para uma ligação com os seus ancestrais, pois todas as linguagens simbólicas por si só sofrem alterações com o passar do tempo, sobretudo com a contextualização dos ambientes sociais e naturais e com o contato intercultural.

A cultura, na verdade, é adquirida e, portanto, dinâmica, pode ser mudada... a identidade de um grupo é algo construído ao longo do tempo por meio de *processos inconscientes*. Ela se forma através da comunicação com diferentes grupos e da absorção de traços culturais, sendo assim dinâmica e em constante construção ou formulação (OLIVEIRA, 2014, p. 25, *grifo nosso*).

Essa noção de construção social (e poderíamos acrescentar política) está presente no desenvolvimento dos estudos antropológicos sobre identidade coletiva, na maneira como um grupo se organiza para afirmar uma identidade perante outros grupos com quem interage. Essa construção se dá dentro de uma conjuntura social e política que contribui para a sua emergência.

Nos diálogos com Oliveira (2014), Silva (2015) e Florêncio (2021), é possível destacar que a emergência étnica tem uma relação direta com a política estatal, pois as políticas públicas são fomentadas por necessidades e pressões dos grupos envolvidos. Os grupos não

surgem necessariamente com as políticas, mas são restituídos em seus territórios tradicionais, onde podem (re)organizar suas coletividades, com (ou sem) a ajuda do Estado, em um processo de ressignificação sociocultural que apenas os tempos modernos (e contemporâneos) podem propor, devido aos estudos decoloniais, às propostas do hibridismo cultural e às diretrizes da Educação Escolar Indígena Intercultural.

Ter um olhar diferenciado para os grupos étnicos originários contribui na ação em prol do pagamento de uma dívida que a sociedade nacional tem com esses povos que foram obrigados a abandonar suas histórias e raízes e a se submeter a diferentes formas de relações, governos e exclusões. Os grupos étnicos, especialmente os indígenas do Nordeste Brasileiro, por serem duplamente marginalizados (OLIVEIRA, 2014), reivindicam porque se organizaram, tiveram acesso ao conhecimento de seus direitos garantidos por lei e cabe ao Estado negociar com esses grupos. Tudo isso tem implicado cada vez mais em uma quebra de paradigma, quando nos parece urgente abandonar a noção equivocada e excludente de raça e cultura, para poder refletir como esses grupos de fato estão se organizando social e politicamente para encontrar a sua verdadeira identidade.

Identidade e pertencimento étnico não são conceitos prontos e definidos, mas processos dinâmicos de construção individual e social. Dessa forma, não cabe ao Estado reconhecer quem é ou não indígena, mas garantir que sejam respeitados os processos individuais e sociais de construção e formação de identidades étnicas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A Relação dos Truká com a Caatinga

Em pleno século XXI, é possível perceber que a população em geral sente-se minimamente desconfortável com o modo como o mundo é tratado, em relação ao consumismo e à destruição do meio ambiente, por exemplo. Percebe-se que o *ter* é mais evidente e representativo que o *ser*. O querer um mundo melhor é uma bandeira erguida por vários segmentos sociais e visa à melhoria de qualidade de vida, por meio da formação de cidadãos conscientes de sua participação local no contexto da conservação ambiental global (HAMMES, 2004).

Porém pouco é evidenciado no dia a dia das cidades brasileiras. Para verificar tal informação, basta fazermos uma avaliação do estado das ruas, muros e calçadas nas cidades. No meio rural ou nas florestas, o descaso com a natureza também é evidenciado. O que

Hammes (2004) chama a atenção não é só o fato de existir a destruição, mas não termos “educado” o olhar para reprovar tal situação a ponto de acharmos a destruição normal.

Como afirma Macedo (2012), não se trata de especulação ou exercício de previsão, eventos externos, como tempestades, furacões, inundações, ondas de calor e secas já estão ocorrendo com maior intensidade e frequência e têm sido atribuídos ao aquecimento global, por isso não é descabido dizer que é preciso mais do que sonhar, é preciso agir começando em casa e por consequência na rua ou em sua aldeia, se for o caso.

É necessário compreender que o termo meio ambiente não está somente voltado para o campo ou aos territórios naturais. O meio ambiente, habitualmente chamado apenas de ambiente, envolve todas as coisas vivas e não-vivas que existem na Terra, que afetam ecossistemas e a vida dos seres humanos. É o conjunto de condições, leis, influências e infraestrutura de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. É importante pleitear que tal informação é para todos que vivem em meio a uma biodiversidade ameaçada, principalmente pelos poderes do consumismo e imediatismo.

Construir um discurso a respeito da relação dos Truká com a Caatinga faz parte do processo de emergência dos Povos Indígenas no Nordeste, pois é importante perceber que o homem se associa ao meio em que vive, mantendo vínculos que precisam ser descritos e aprofundados, percebendo a natureza como um aspecto a ser investigado e relacionado ao grupo estudado e a manutenção da biodiversidade é temática sempre em pauta nas lutas indígenas.

Uma das contribuições mais significativas da biodiversidade está relacionada à cobertura vegetal, imprescindível para a contenção de processos erosivos do solo, para o controle hidrológico de uma bacia hidrográfica, para a proteção dos mananciais e para o abastecimento dos lençóis freáticos. Tudo isso cria condições propícias para manutenção da vida, de populações e de organismos benéficos aos seres humanos.

Os 338 milhões de toneladas de resíduos perigosos gerados anualmente no mundo necessitam de gestão e soluções tecnológicas para o controle do risco quanto ao seu descarte. Em decorrência da crescente geração do lixo, incentivada pelo consumismo desmedido, há o agravamento de consequências ambientais, econômicas e sociais. Essa é uma realidade do mundo inteiro e, no Nordeste do Brasil, cujo maior curso d'água é o Rio São Francisco, a falta de educação ambiental tem agravado problemas como assoreamento e perda de vida fluvial. Assim como o bioma e a vegetação de Caatinga, constantemente ameaçados por queimadas e monocultura extensiva, ocasionando consequências como secas, enchentes e desertificação.

A relação dos Truká com a Caatinga não é recente, vem desde seus antepassados e encontra-se historiada em narrativas e experiências em diversos textos (livros, artigos, dissertações e teses). Esse contato de respeito e sentido de pertencimento um ao outro encontra-se plenamente contemplado no livro *No Reino de Assunção, Reina Truká* (2007), elaborado pelos professores Truká (OPIT – Organização de professores e professoras Indígenas de Truká), em diversas passagens. A respeito da crença cosmológica do povo, verifica-se o contato com o natural através da Caatinga em:

Quando Deus fez o mundo tinha este homem por nome Velho Cá. Era um índio que vivia no deserto.

Deus andava com São Pedro e eles descansaram no pé da jurema (planta típica da Caatinga). São Pedro disse:

- Senhor, tanta árvore importante de sobra para nós descansarmos e vamos descansar embaixo dessa que é só espinho!

Deus respondeu:

- Pedro, de “tudo se precisa”. Quando nós sairmos daqui esta árvore ficará diferente das outras. Ficarão umas com mais espinhos e outras sem espinhos. Vai ter um homem para sonhar arrancando a raiz desta árvore e colocar água parecendo meu sangue. Nesse momento eu vou dando minhas ciências... (TRUKÁ, 2007, p. 11).

A crença acima retrata o contato direto entre o povo Truká e o seu ritual religioso, o Toré, que faz uso da jurema. A bebida é produzida por um “juremeiro” (pessoa escolhida pela ciência para fazê-la), é distribuída no ritual para os índios, que ao mesmo tempo cantam e dançam com ela e por ela. Por este motivo, é pertinente o sentimento de pertencimento dos Truká com a chamada mãe-terra e a mãe-natureza (TRUKÁ, 2007).

A Caatinga é um ecossistema marcado por grandes preconceitos em meio aos livros didáticos e midiáticos; ela é apresentada como um ambiente hostil, sem perspectiva de desenvolvimento humano e social, onde a fome e a sede dominam as populações, o que promove um sentimento de negação e silenciamento sobre os povos que habitam o semiárido nordestino. Nessa negação, a caatinga vai aparecendo como vegetação morta, o sertanejo como rude, o índio nordestino como inexistente, porque foram *exterminados*.

Em contrapartida a tudo isso, os relatos dos/sobre os Truká trazem uma natureza viva, resignificada, presente em suas místicas. Foi nessa dinâmica de pensamento que o povo Truká enfrentou duras batalhas de invasões e agressões ao seu meio, tanto em relação ao território físico quanto ao espiritual. Tendo que buscar nas entranhas de suas matas o fortalecimento e a permissão para todos os processos reivindicatórios com relação à terra e às demais necessidades do povo, os Truká têm sobrevivido às lutas empreitadas. A revelação dos Encantados possibilitou que nossos guerreiros Acilon Ciriaco e Antonio Cirilo iniciassem

uma nova fase da nossa luta pela reconquista da Ilha da Assunção (BATISTA, 2004; TRUKÁ, 2007).

É propício salientar que uma inversão de valores, ideais aos cuidados com a natureza foram desprezados por órgãos ditos tutores em outras épocas. Em nome de uma chamada ordem social, delegaram aos indígenas demandas de projetos voltados a produções econômicas e uma visão mercantilista, imprópria aos povos de costumes coletivos e de troca. Isso é percebido em documentações antigas, existentes no chamado PIN – Truká (Posto Indígena localizado na Ilha da Assunção no Povo Truká).

Ao iniciarmos estas anotações, é nosso objetivo colaborar com o órgão tutor, bem como com a comunidade Truká. Em se tratando de uma área essencialmente agrícola, espero que possamos dar condições aos remanescentes indígenas para que esta se multiplique. Precisamos da demarcação de suas terras, de adubos, fertilizantes, agrotóxicos e ferramentas. Precisamos de um trator para amenizar o sofrimento dos mesmos (Antônio Roberto 02.01.1989-Chefe de posto). (Diário PIN Truká/1989).

Nesse momento histórico, as terras estavam em mãos de posseiros e do Estado (através da CRC, Companhia de Revenda e Colonização, a quem pertenciam as áreas agrícolas de sorgo, algodão e arroz), aos índios pertenciam as pequenas plantações (milho, batata, mandioca, etc.) de vazantes ou de pequenas ilhas no meio do rio, cujos excedentes serviam para a alimentação da família e trocas com os demais parentes.

É impossível visualizar os fatos acima citados e não relatar a forma de como o livro *No Reino da Assunção, Reina Truká* (2007, p. 12), coloca a visão dos mais velhos sobre esse desfecho histórico de relação do povo com a sobrevivência e o meio ambiente,

Somos um povo agricultor... no tempo dos mais velhos, o povo Truká vivia da pesca... Também se praticava a caça e a lavoura nas vazantes do rio e nas ilhotas ... A molhação era com uma cuia do próprio cultivo, hoje molha com motores elétricos ... Antes as pessoas criavam muitos animais para o sustento da família como o porco, o bode, a galinha e uma vaquinha leiteira.

A relação dos Truká com o meio ambiente também é expressa em falas e escritas nas quais proferem que a Caatinga é sua vegetação original, a que chamam de “mata”, e que ela é um elemento importante para sua sobrevivência, de onde retiram o alimento, as plantas medicinais, a matéria-prima da arte e a ciência para os rituais.

Na Caatinga, temos vários tipos de árvores que produzem frutos nas épocas de chuva, que são: umbuzeiro, juazeiro, marizeiro, xique-xique, que servem para alimentação dos animais e que também ajudam na alimentação do nosso povo. E o junco, a marcela e outras ervas da medicina tradicional (TRUKÁ, 2007, p. 27).

O povo Truká tem como base de sua economia a agricultura, porém percebe-se que é consenso no povo que nem tudo na terra Truká é comércio, pois a Caatinga representa para os mesmos o trabalho da ciência. Como mostra esse depoimento de Seu Bino (Cícero Brasilino), professor de Arte Truká nas escolas da aldeia:

Quando sentamos embaixo de alguma árvore antiga para fazer nosso Ritual, entendemos que a natureza nos oferece outros tipos de riqueza que alguns não-índios não compreendem. É dela que colhemos as nossas sementes do choca-linho e da bage da Turquia para colocar no maracá, fazer colar, brincos, pulseiras. Retiramos também o caroá para fazer os nossos atavios do ritual (TRUKÁ, 2007, p. 27).

Em meio a várias lutas contra o poder do não-índio em seu território, a batalha a favor da mãe terra passou por vários processos e um deles foi a introdução da CRC (Companhia de Revenda e Colonização), pelo governo do estado que, segundo os mais velhos da comunidade, favoreceu o desmatamento no território, levando à extinção várias plantas e animais nativos do bioma Caatinga nesta Ilha.

Tudo era caatinga que tinha aqui e desapareceu... a CRC desmatou para fazer plantio, argumentando que os índios tinham muita terra e não trabalham (TRUKÁ, 2007, p. 27).

Nesse momento, é importante dizer que nos registros lidos acerca do povo Truká é verificada a importância de cada indivíduo nas suas relações pessoais e em relação ao projeto de futuro do povo que tem investido na Escola, como parceira na viabilidade de processos positivos frente às lutas por uma terra sem males e uma política para o bem viver. “O que nos interessa destacar é como os Truká se relacionam com a Jurema, onde está a ciência/o mistério dos índios. É através da Jurema que os encantos compartilham do conhecimento e instruem os seus descendentes quanto às ações necessárias” (BATISTA, 2004). Essa consideração da antropóloga Mércia Batista indica a intensidade e a importância da identidade étnica e sua relação com a natureza, material e imaterial, para a sociedade indígena, que não surgem do acaso ou da invenção, mas da verdade expressa em suas vivências e conotações.

Não se trata de um teatro de experiências e sim de tradições voltadas a verdadeiros amantes da terra e da natureza. A mão que transforma e planta também deve ser a mão que protege, com atividades iniciadas para ontem, isso no que diz respeito a todos os campos que circundam o povo, seja de cunho político, administrativo, social, seja o da natureza. O sentimento que se tem com a terra e todos os elementos da natureza, águas, cachoeiras, plantas, etc, vai além do sentimento de posse e patrimônio. É, para o indígena, o sentido da vida, os laços de mãe e filho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada ser humano nasce e cresce em uma determinada sociedade, que já possui uma determinada organização e um conjunto de ideias e princípios que conferem sentido à vida nessa sociedade. Essa consideração indica a intensidade e a importância de uma identidade, para sociedades indígenas, que não surgem do acaso ou da invenção, mas da verdade expressa em suas vivências e conotações.

Não se trata de um teatro de experiências e sim de tradições voltadas a verdadeiros amantes da terra e da natureza. A mão que transforma e planta também deve ser a mão que protege, com atividades iniciadas para ontem, isso no que diz respeito a todos os campos que circundam o povo, seja de cunho político, administrativo, social e por que não o da natureza. Propostas estas que têm sido debatidas nos espaços de formação indígena em toda América do Sul, na atualidade, e que têm sua iniciação marcada pelos países andinos.

Nas últimas décadas, com o avanço entre os povos indígenas na América Latina da consciência de sua sujeição à colonialidade no plano dos estados nacionais, várias expressões de descolonização e das práticas do bem-viver foram ganhando visibilidade e força, sob teorias defendidas por Quijano (2011), Mignolo (2008), entre outros. Isso tem sido evidenciado nas práticas escolares, com reflexões e engajamento dos jovens nas discussões sobre o projeto de futuro Truká e na formação de seus profissionais, que têm como meta um desejo comum do bem comum e social do povo. Segundo a Coletividade Truká, “Essa formação começa na comunidade, como fruto dos ensinamentos e a experiência dos mais velhos, convivendo com as lideranças nas viagens, nos movimentos, e assim aprendem a reconhecer e valorizar a sua identidade” (TRUKÁ, 2007, p. 26).

A sustentabilidade também pode ser definida como a capacidade de o ser humano interagir com o mundo, preservando o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais, preservando-a para as gerações futuras. O conceito de sustentabilidade é complexo, pois atende a um conjunto de variáveis interdependentes, mas podemos dizer que deve ter a capacidade de integrar as questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais (AQUINO *et al.*, 2015). A Região de Abrangência do Opará, no estado de Pernambuco, onde podemos localizar o povo Truká da Ilha da Assunção e sua Educação Escolar Indígena consolidada, tem se destacado em relação à produção de material didático e de formação de professores-pesquisadores indígenas de excelência, segundo Florêncio e Abib (2021). E, percebendo que toda grande mudança social nasce e/ou se desenvolve no ambiente educacional, por excelência, acreditamos que também seja do chão da escola que partirão as diretrizes para se

estabelecer um progresso sustentável e uma política de desenvolvimento humano junto ao povo indígena Truká.

REFERÊNCIAS

AQUINO, A. R. *et al.* **Sustentabilidade ambiental**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rede Sirius; OUERJ, 2015.

BARTOLOMÉ, M. (1998). Procesos Civilizatorios, Pluralismo Cultural y Autonomías Étnicas en América Latina. In: Bartolomé, M. & Barabas, A. (coord.). **Autonomías Étnicas y Estados Nacionales**. México: Conaculta – INAH, 2006.

BATISTA, M. R. R. O **desencantamento da aldeia**. Exercício antropológico a partir do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Truká. FUNAI, Brasília. Revista de Estudos e Pesquisas. v.1, n. 2, 2004.

BATISTA, M. R. R. **Índio, quilombola, ribeirinho**: o desafio do fazer antropológico em situações de disputas. In: VIII Reunión de Antropología del Mercosur (RAM), Buenos Aires: 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI). As leis e a educação escolar indígena: programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL (2006). **Caderno do Tempo**: professoras e professores indígenas de Pernambuco – MEC/SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Belo Horizonte, 2012.

FEITOSA, S. F. **Bem Viver**: Projeto U-Tópico e De-colonial. Ia n: Interritórios/ Revista de Educação Universidade Federal de Caruaru, BRASIL/ V.1 / N.1 [2015].

FLORÊNCIO, R. R. (Org.). **Nossas Vozes Indígenas** – professoras e professores Truká. Editora Oxente. Petrolina, 2021.

FLORÊNCIO, R. R.; ABIB, P. R. J. Formação de Professoras/Professores e Pesquisadoras/Pesquisadores Indígenas na Região de Abrangência do Opará. **Revista Id on Line. Rev. Psic. Multidisciplinar**, vol.16, N. 59, p. 160-187, fevereiro/2022 - ISSN 1981-1179 Edição eletrônica em <http://idonline.emnuvens.com.br/id> DOI: 10.14295/idonline.v16i59.3363

FLORÊNCIO, R. R.; SANTOS, C. A. B. Povo indígena Truká: Mobilizações, retomadas territoriais, migrações e afirmação cultural. In: SANTOS, C. A. B. (Org.). **História ambiental, história indígena e relações socioambientais no Semiárido**. Paulo Afonso: SABEH, 2018.

GERLIC, S. **Índios na visão dos índios: Truká**. Salvador: Gráfica Sta. Helena, 2001.

GRUPIONI, M. D. F. Do discurso e das ações: a educação intercultural como política pública. In: **Cadernos de Educação Escolar Indígena**. Barra do Bugres, v. 2, n 1, 2003.

HAMMES, V. S. **Construção da Proposta Pedagógica**. V.1./ Educação Ambiental para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Globo, 2004.

LARAIA, R. B. Nossos Contemporâneos Indígenas. In: SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B. (Orgs). **A temática Indígena na Escola**. Brasília; MEC / MARI / UNESCO, 1995.

MACEDO, R. S. **A Etnopesquisa** implicada: pertencimento, criação de saberes e afirmação. Brasília: Liber Livros, 2012.

OLIVEIRA, J. P. **Os primeiros brasileiros**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, FAPERJ-UFRJ, 2014.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais, In: **Conferência realizada no concurso para professor titular da disciplina Etnologia, Museu Nacional/UFRJ**, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1997.

PEREIRA, A. L. S. **PIN – TRUKÁ** (1988 a 2009): O Panorama dos “Remanescentes Tutelados”. Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação Latu Sensu em História e Cultura Afro Brasileira e Indígena (CESVASF) – Belém do São Francisco – PE, 2009.

PINTO, E. (1938). **Os indígenas no Nordeste**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional. 2 vols.

SANTOS, C. A. B. **Padrões de Caça, Pesca e uso de animais silvestres pela etnia Truká no semiárido brasileiro**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife: Gráfica da UFRPE, 2016.

SILVA, E. **Ensino e sociodiversidades indígenas**: possibilidades, desafios e impasses a partir da Lei 11.645/2008. In: **Práticas Pedagógicas em sala de aula**. Recife: EDUFPE, 2015.

SILVA, L. V. (Org.). **Coletânea da legislação indigenista brasileira**. Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008.

TRUKÁ. **Organização das professoras Truká, OPIT**. No Reino da Assunção, reina Truká. Organização das professoras Truká, OPIT. Belo Horizonte: FALE/ UFMG: SECAD/MEC, 2007.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

PEREIRA, A. L. S; FLORÊNCIO, R. R; SANTOS, C. A. B. Educação Indígena: Relação Identitária dos Truká com a Caatinga. **Rev. FSA**, Teresina, v.19, n. 8, art.10, p. 213-231, ago. 2022.

Contribuição dos Autores	A. L. S. Pereira	R. R. Florêncio	C. A. B. Santos
1) concepção e planejamento.	X		
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X